



TJPE

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

285

Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento n. 339.008-7

Agravante: Sul América Companhia Nacional de Seguros

Agravado: Dalvizete Fernandes de Souza e outros

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

EMENTA: Processual civil. Recurso de agravo. Ação de indenização securitária. Competência da Justiça Estadual. Súmula e precedentes deste tribunal. Agravo a que se nega provimento.

1- Nas ações indenizatórias oriundas de seguro habitacional, há consolidada posição deste Pretório acerca da competência da Justiça Estadual.

2- Portanto, considerando os efeitos e a reiteração da causa em apreço, mister adotar entendimento similar em observação aos ditames da segurança jurídica.

3 - Agravo a que se nega provimento.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento n. **339.008-7** em que figuram as partes acima assinaladas, por unanimidade, **acordam** os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco em **negar provimento ao agravo**, na conformidade do relatório, voto e ementa que integram este julgado.

Recife, 25.5.14

EDUARDO SERTÓRIO CANTO
Desembargador Relator



TJPE

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento n. 339.008-7

Agravante: Sul América Companhia Nacional de Seguros

Agravado: Dalvizete Fernandes de Souza e outros

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

RELATÓRIO

O feito originário trata de ação de indenização securitária proposta por Davizete e outros contra a Sul América, em razão de vícios apresentados na estrutura física de imóveis adquiridos com fundos provenientes do Sistema Financeiro de Habitação.

A decisão agravada, exarada pelo juízo da 2ª Vara Cível de Petrolina (fls. 38/39), reconheceu a competência da Justiça Estadual para julgar o feito.

Este juízo proferiu decisão terminativa (fls. 247/251), objeto do presente recurso, no sentido de negar seguimento ao agravo da Sul América, mantendo a competência estadual para julgar a lide originária.

Contra tal decisão, interpõe a Sul América o presente recurso de agravo, reproduzindo alegações constantes do Agravo de Instrumento, no tocante a competência da Justiça Federal para o processamento do feito e as preliminares de inépcia da inicial, carência de ação e prescrição.

Ao final, requer seja exercido o juízo de retratação, com consequente revogação da decisão recorrida; não havendo reconsideração, requer o julgamento Colegiado do recurso em apelo, de modo a reformar a decisão terminativa.

É o relatório. Feito independente de pauta.

Recife, 25.7.14

EDUARDO SERTÓRIO CANTO
Desembargador Relator



TJRE

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

281 ✓

Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento n. 339.008-7

Agravante: Sul América Companhia Nacional de Seguros

Agravado: Dalvizete Fernandes de Souza e outros

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

VOTO

Por não exercer o juízo de retratação, apresento os presentes autos para julgamento.

De início, vislumbro serem as razões do presente recurso semelhantes àquelas lançadas no bojo do agravo de instrumento. Logo, não merecem prosperar.

Desse modo, a questão foi amplamente explorada na decisão terminativa agravada, devendo ser mantida por seus próprios fundamentos, que passo a reiterá-los pontualmente:

A) COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL PARA PROCESSAR O FEITO - INTERESSE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Em preliminar a agravante postula a remessa dos autos à Justiça Federal, tendo em vista a existência de interesse da Caixa Econômica Federal no feito.

A questão posta cinge-se em saber se compete à Justiça Federal ou Estadual processar e julgar as ações de indenização securitária vinculada ao Sistema Financeiro da Habitação e se há interesse da Caixa Econômica Federal e da União na demanda.

A competência da Justiça Federal determina-se em razão da pessoa (*ratione personae*), nos termos do art. 109, inciso I, da Constituição Federal. Sendo obrigatória a intervenção da Caixa Econômica Federal (empresa pública federal) no feito, seja como autora, ré, assistente ou oponente, a competência é da Justiça Federal.

A assistência é modalidade de intervenção de terceiro que pressupõe a existência de interesse jurídico. O interesse jurídico do terceiro consubstancia-se numa relação jurídica mantida com o assistido, a qual poderá ser afetada a depender do julgamento da causa. A intervenção do assistente no processo é facultativa. A lei não impõe a participação do assistente no processo.

No tocante à questão material discutida na origem - indenização securitária decorrente de seguro habitacional, não há interesse jurídico a autorizar a intervenção da Caixa Econômica Federal como assistente da Seguradora.

No caso em apreço, a ação originária versa sobre pedido de indenização securitária com fundamento em Cobertura da Apólice Habitacional contratada junto à instituição seguradora, pessoa jurídica de direito de privado.

O seguro, contrato acessório no financiamento imobiliário, envolve apenas a Seguradora e os segurados. A responsabilidade por essa relação securitária diz respeito tão somente à Seguradora.

A Caixa Econômica Federal - CEF, passou a ser a gestora do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, com a edição da Portaria nº 243,

de 28 de julho de 2000, pelo Ministério da Fazenda. A ela é atribuída a administração dos recursos provenientes do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS e o controle do recebimento dos prêmios e o pagamento das indenizações (art. 5º, I e III, da Portaria nº 243, de 28 de julho de 2000).

Os objetivos básicos do FCVS é garantir o equilíbrio do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação, permanentemente e a nível nacional, e quitar, junto aos agentes financeiros, os saldos devedores remanescentes de contratos de financiamento habitacional, firmados com mutuários finais do Sistema Financeiro da Habitação (Lei nº 7.682/88, art. 1º).

Acontece, porém, que as indenizações do seguro habitacional - SH são pagas com recursos próprios, sendo registrados em uma conta específica denominada Fundo de Equalização de Sinistralidade da Apólice de Seguro Habitacional - FESA, subconta do FCVS.

O Fundo de Equalização de Sinistralidade da Apólice de Seguro Habitacional - FESA é constituído por capital privado, proveniente dos prêmios pagos pelos mutuários do Sistema Financeiro Habitacional. Os recursos carreados ao FESA são, pois, de natureza privada, não havendo qualquer vinculação com o erário.

O FESA permanece autônomo, pois os seus recursos não se comunicam contabilmente com os recursos do FCVS. Não se pode confundir, pois, os recursos do FESA com os do FCVS.

Na origem, os agravados pretendem indenização securitária sem qualquer comprometimento dos recursos do FCVS, cujo destino é, primordialmente, a cobertura de eventuais saldos devedores residuais dos contratos de financiamento de imóvel pelo Sistema Financeiro de Habitação.

A Caixa Econômica Federal - CEF é mera administradora do seguro habitacional do Sistema Financeiro de Habitação. Controla, supervisiona e define as diretrizes dos fundos financeiros com o objetivo de manter a higidez do sistema financeiro da habitação no país.

Depreende-se, assim, que a CEF não tem interesse jurídico na presente demanda, pois não mantém relação jurídica com a Seguradora que possa ser afetada pelo julgamento da causa. A eventual procedência dos pedidos formulados pelos apelados na petição inicial não irá afetar os recursos do FCVS ou o erário.

Em relação ao enunciado de súmula 150 do STJ, segundo o qual "*competete à justiça federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da união, suas autarquias ou empresas públicas*", de ser dito que não impede o afastamento da alegação de interesse da CEF ou da União, quando sem fundamentação razoável do ponto de vista jurídico, ou por absoluta impossibilidade física (ver Theotonio Negrão, Código de Processo Civil, 34ª ed. p. 49).

Ademais, os enunciados de súmula dos Tribunais Superiores não possuem eficácia vinculante, ressalva-se apenas a *súmula vinculante*, criada pela Emenda Constitucional nº 45/2004, cuja competência para a edição, revisão e cancelamento é exclusiva do STF.

Esses mesmos fundamentos valem para o enunciado de súmula 327 do STJ, segundo o qual "*nas ações referentes ao Sistema Financeiro da Habitação, a Caixa Econômica Federal tem legitimidade como sucessora do Banco Nacional da Habitação*".

Acrescento apenas que a súmula nº. 327 do STJ se aplica aos casos nos quais se discute o contrato de financiamento, suas cláusulas, reajuste das prestações,

282 ✓
execução hipotecária etc¹. Não incide naqueles casos nos quais se pretende indenização securitária, como é o dos autos.

É dominante o entendimento jurisprudencial segundo o qual a Caixa Econômica Federal, sendo mera administradora de fundo de seguro habitacional, cujo montante deve ser repassado à seguradora, não tem interesse jurídico na ação de indenização securitária.

Confira o seguinte precedente do Superior Tribunal de Justiça:

REGIMENTAL. SEGURO HABITACIONAL. COMPETÊNCIA. JUSTIÇA ESTADUAL. SÚMULA 7. REEXAME DE PROVAS. SÚMULAS 283 E 284/STF.

- Nas ações em que se discute contrato de seguro adjecto ao mútuo hipotecário, a competência para o respectivo processo e julgamento é da Justiça Estadual; a lide aí se trava entre seguradora e mutuário, sem que a sentença possa, de modo algum, comprometer os recursos do Sistema Financeiro de Habitação. Precedentes. - Se o acórdão recorrido concluiu, com base na prova e na interpretação do contrato de seguro, que os danos sofridos por imóveis estão inseridos na cobertura reclamada, o STJ não pode rever tal conclusão (Súmula 7). (AgRg no REsp 811069/PR, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/12/2007, DJ 12/12/2007 p. 416) (Original sem destaques)²

A ministra Nancy Andrighi do Superior Tribunal de Justiça assim se manifestou no Agravo de Instrumento nº. 1.068.876:

"... Nas ações em que se discute contrato de seguro adjecto ao mútuo hipotecário, a competência para o respectivo processo e julgamento é da Justiça Estadual; a lide aí se trava entre seguradora e mutuário, sem que a sentença possa, de modo algum, comprometer os recursos do Sistema Financeiro de Habitação. Precedentes" (STJ - AI nº. 1.068.876 - SC; Rel. Nancy Andrighi; publicado em 03/12/2008, julgado em 27/11/2008).

A ministra Nancy Andrighi do Superior tribunal de Justiça assim se manifestou no Agravo de Instrumento n.. 1.068.876:

"... Nas ações em que se discute contrato de seguro adjecto ao mútuo hipotecário, a competência para o respectivo processo e julgamento é da Justiça Estadual; a lide aí se trava entre seguradora e mutuário, sem que a sentença possa, de modo algum, comprometer os recursos do Sistema Financeiro de Habitação. Precedentes" (STJ - AI n.. 1.068.876 - SC; Rel. Nancy Andrighi; publicado em 03/12/2008, julgado em 27/11/2008).

O TJPE tem jurisprudência iterativa nesse sentido, a saber:

"AGRAVO. ART. 557, §1º, CPC. CIVIL. SEGURO. FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO. COMPETÊNCIA. CAIXA SEGURADORA. AGRAVO IMPROVIDO.- O Colendo Superior Tribunal de Justiça já se manifestou quanto à competência da Justiça Estadual para processar e julgar os processos cujo objeto sejam pretensões securitárias, nos quais figure como parte a Caixa Seguradora S/A, nova denominação da SASSE - Cia Nacional de Seguros Gerais, pessoa jurídica de direito privado, que não tem prerrogativa de litigar

¹ Consulte os precedentes que deram origem ao enunciado de súmula 327 do STJ: (AgRg no REsp 155706/PE, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/05/2000, DJ 26/06/2000 p. 137), (REsp 97943/BA, Rel. Ministro FRANCIULLI NETTO, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/03/2001, DJ 18/02/2002 p. 280), (REsp 163249/SP, Rel. Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/08/2001, DJ 08/10/2001 p. 191), (REsp 191940/RS, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 04/03/1999, DJ 03/05/1999 p. 104), (REsp 271339/BA, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 05/10/2000, DJ 20/11/2000 p. 303) (REsp 289155/RJ, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 05/04/2001, DJ 04/06/2001 p. 160), (REsp 295370/BA, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA TURMA, julgado em 07/02/2002, DJ 18/03/2002 p. 177).

² No mesmo sentido: CC 18.249/RS, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, PRIMEIRA SECAO, julgado em 11/12/1996, DJ 18/02/1997 p. 2361). CC 18198/RS, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, SEGUNDA SECAO, julgado em 13/08/1997, DJ 29/09/1997 p. 48105). (CC 21.412/RS, Rel. Ministro MILTON LUIZ PEREIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 10/06/1998, DJ 08/09/1998 p. 4).

na Justiça Federal (STJ, CC 46.309/SP, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 23.02.2005, DJ 09.03.2005 p. 184).- Por outro lado, não há interesse jurídico que justifique a participação da Caixa Econômica Federal ou da União Federal, como litisconsortes ou terceiros intervenientes, uma vez que não é objeto da lide primitiva qualquer controvérsia acerca do contrato de financiamento imobiliário mantido com o Sistema Financeiro da Habitação - SFH, mas apenas a pretensão resistida de haver a cobertura dos danos sinistrados pela companhia seguradora" (Recurso de Agravo nº. 146253-9/01; Rel. Frederico Ricardo de Almeida Neves, 1ª Câmara Cível, julgado 3/6/2008)³. (Original sem destaques)

O Tribunal Regional Federal da 5ª Região tem esse mesmo entendimento, a saber:

"SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. REPARAÇÃO DE DANOS DECORRENTES DE VÍCIOS DE CONSTRUÇÃO. CONTRATO DE SEGURO. ILEGITIMIDADE DA CEF. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. 1. (...)

2. Nos casos, como o presente, em que se postula indenização decorrente de vício de construção, a presença da CEF não se justifica, porquanto inexistentes efeitos reflexos sobre o financiamento contratado, acarretando, por conseguinte, despicienda a tramitação da demanda na Justiça Comum Federal.

3. O Seguro Habitacional - é certo - é administrado pela Caixa e constitui cláusula obrigatória nos contratos firmados no âmbito do SFH. Não obstante, é formado a partir do pagamento efetuado pelos mutuários juntamente com a prestação, não envolvendo recursos públicos.(...)" (Agravo de Instrumento nº. 85946; Relª. Joana Carolina Lins Pereira; 2ª Turma; julgado em 08/04/2008; publicado no DJ em 28/04/2008, p. 404 - nº 80)⁴. (Original sem destaques)

Ademais, restou sumulado em 02/10/2009 neste Tribunal ser da Justiça Estadual a competência para apreciar ações envolvendo seguro habitacional, *verbis*:

Súmula 94. A Justiça Estadual é competente para julgar ações de seguro habitacional. (Original sem destaques)

Mesmo após a edição da Medida Provisória nº 513/2010 convertida na lei nº 12.409/2011 esta Corte de Justiça vem se manifestando pela competência da Justiça Estadual para apreciação da presente demanda, consoante se infere dos julgados abaixo transcritos:

EMENTA - RECURSO DE AGRAVO. DECISÃO NOS TERMOS DO ARTIGO 557 DO CPC. **LEI 12.409/2011. SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO. DEMANDA SECURITÁRIA. COMPETÊNCIA ESTADUAL. RECURSO DESPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.** - (...) - O advento da Lei n.º 12.409/2011 não afasta a competência da Justiça Comum para a prestação jurisdicional. Isso porque inexistente interesse jurídico da CEF, já que a lide diz respeito a contrato de seguro adjeto a contrato de mútuo. (...). Recife, 18/10/2011. Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves - Relator Recurso de Agravo nº 0255447-2/01. Primeira Câmara Cível. Dje 31.10.2011. (Original sem destaques)

E mais:

³ No mesmo sentido: (Recurso de Agravo nº. 159015-4/01; Rel. Antenor Cardoso Soares Junior; 1ª Câmara Cível; julgado em 22/1/2008), (Agravo de Instrumento nº. 146808-4; Rel. Bartolomeu Bueno; 3ª Câmara Cível, julgado em 17/1/2008), (Agravo de Instrumento nº. 169353-2; Rel. Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes; 2ª Câmara Cível; julgado em 13/8/2008), (Recurso de Agravo nº. 146143-8/01; Rel. Bartolomeu Bueno; 3ª Câmara Cível; julgado em 28/2/2008), (Recurso de Agravo nº. 158970-6/01; Rel. Eduardo Augusto Paura Peres; 6ª Câmara Cível; julgado em 22/1/2008); (Recurso de Agravo nº. 155642-5/01; Rel. Antenor Cardoso Soares Junior; Relator para o acórdão Itamar Pereira da Silva Júnior; 1ª Câmara Cível; julgado em 22/1/2008).

⁴ No mesmo sentido: (Agravo de Instrumento nº. 84182 - TRF5ª; Rel. Luiz Alberto Gurgel de Faria, 2ª Turma; julgado em 29/07/2008; publicado no DJ em 20/08/2008, p. 204, nº 160).

283
✓

AGRAVO DE INSTRUMENTO. APÓLICE DO SH/SFH. **COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL**. VALOR DOS HONORÁRIOS PERICIAIS. INDICAÇÃO DO NOME E ENDEREÇO DO PERITO: DESNECESSIDADE. EXORBITÂNCIA: INOCORRÊNCIA. PAGAMENTO APÓS A SENTENÇA FINAL: IMPOSSIBILIDADE. RECURSO DESPROVIDO. JULGAMENTO UNÂNIME. Não sendo parte na demanda nenhum dos entes elencados no art. 109, I, da Constituição Federal, não há que se falar em competência da Justiça Federal para julgar ação securitária. **A admissão da participação de terceiro como assistente simples está condicionada, para além do requerimento, à demonstração inequívoca de seu interesse jurídico na causa, sendo certo que o interesse meramente econômico não oportuniza a assistência.** (...) (20794320078171590 PE 0020474-61.2011.8.17.0000, Relator: **Frederico Ricardo de Almeida Neves**, Data de Julgamento: **11/04/2012**, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: 78/2012)⁵ (Original sem destaques)

Por fim, destaco recentes decisões demonstrando haver posição firme deste Tribunal a respeito da **competência da Justiça Estadual** para julgar as causas envolvendo a ação de indenização securitária provenientes do SFH, *verbis*:

EMENTA: Civil e Processual Civil - **Seguro Habitacional** - Agravo - Decisão Monocrática Terminativa - Agravo de Instrumento - **Indenização Securitária - Competência da Justiça Estadual - Restaurada a Jurisprudência do STJ que fixa a competência da Justiça Estadual para casos desse iaez** - O presente recurso não trouxe novos argumentos que tivesse o condão de modificar a decisão agravada. Recurso não provido. Decisão unânime. Agravo Regimental nº 278998-2/02. Relator: Des. Sílvio de Arruda Beltrão. Órgão Julgador: Terceira Câmara Cível. Data: 18/10/2012.⁶(grifos)

No tocante ao fato novo apresentado pela seguradora no presente agravo (incidência da MP 633/13 determinando a CEF integrar a Ilde), destaco que a alteração legislativa da Lei 12.409/11 apenas será aplicada aos contratos firmados a partir da data da sua alteração, ou seja, para os contratos firmados do dia 26.12.2013 para frente.

Ora, uma lei superveniente ao ajuizamento de uma demanda a ela não se aplica, sob pena de ferir o princípio da segurança jurídica das relações. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. COMPETÊNCIA. JUSTIÇA FEDERAL E ESTADUAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA MOVIDA CONTRA CAIXA SEGURADORA S.A. FATO NOVO. **MODIFICAÇÃO LEGISLATIVA. LEI N. 12.409/2011. PRINCÍPIO DA PERPETUAÇÃO DA JURISDIÇÃO. ART. 87 DO CPC.**

1. Jurisprudência firme do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que, nos feitos em que se discute contrato de seguro adjeto a contrato de mútuo, não afetando o fundo de compensação das variações salariais (FCVS), inexistente interesse da Caixa Econômica Federal a justificar a formação de litisconsórcio passivo.

2. Controvérsia, no caso, restrita à seguradora e ao mutuário.

3. **Impossibilidade de se aferir a juridicidade das decisões das instâncias ordinárias no que concerne ao juízo competente, sob o enfoque de legislação então inexistente (Lei n. 12.409/2011).**

4. **A definição da competência segue o princípio da 'perpetuatio iurisdictionis'.**

5. **Proposta a demanda, modificação legislativa posterior, que não suprime órgão judicante, ou não altera a competência em razão da matéria, ou da hierarquia, é indiferente para alterar o juízo processante (art. 87 do CPC).**

⁵ No mesmo sentido: 230641120118170000 PE 0001311-61.2012.8.17.0000; Relator: Frederico Ricardo de Almeida Neves, Data de Julgamento: 31/01/2012, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: 27/201248862920118170480; 0020202-67.2011.8.17.0000, Relator: Frederico Ricardo de Almeida Neves, Data de Julgamento: 10/01/2012, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: 1464906420118170370; 0017906-72.2011.8.17.0000, Relator: Antônio Fernando de Araújo Martins, Data de Julgamento: 08/11/2011, 6ª Câmara Cível, Data de Publicação: 214/2011.

⁶No mesmo sentido: Areg 252109-5/01. Relator: Des. Stênio Nelva Coelho. Órgão Julgador: 5ª Câmara Cível. Data: 18.10.12.

6. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

(AgRg no REsp 1170942/SC, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/09/2011, DJe 21/09/2011)(original sem destaques).

Ademais, verifico que a MP 633/2013 não afastou a necessidade da demonstração de risco ao comprometimento dos recursos do FCVS (conforme transcrito no art. 1º-A, §1º) para o ingresso da Caixa Econômica Federal.

E ainda, merece ser consignado não haver interesse da Caixa Econômica Federal e da União no presente litígio, eis que se trata a presente ação de contrato de seguro habitacional, sendo a CEF e União pessoas estranhas à relação contratual.

Dessa forma, patente a competência da Justiça Estadual para processar e julgar a ação de indenização securitária, motivo pelo qual **rejeito** a presente questão preliminar.

B) INÉPCIA DA INICIAL

Não há vícios na petição inicial do presente feito que impeça a intelecção da causa, nem tampouco, restaram desrespeitados os requisitos do artigo 282 do CPC.

Quanto à questão em evidência, já se manifestou o Tribunal de Justiça de São Paulo, nos seguintes termos:

Não se vislumbra, portanto, hipótese de inépcia ou de falta de pressuposto de regularidade processual, valendo lembrar que, em demandas como a dos autos, **a produção da prova pericial é que realmente esclarecerá sobre a dimensão dos danos e o valor indenizatório relativo a cada imóvel.** (...) Demasia ainda não será conferir entendimento deste Egrégio Sodalício, em ementa de acórdão relatado pelo Desembargador Salles Rossi, cujo voto está xerocopiado a fl. 732:

"EMENTA - SEGURO HABITACIONAL - INDENIZAÇÃO - Defeitos de construção - Danos físicos no imóvel - Pedido juridicamente possível - Inicial que preenche os requisitos do artigo 282 do CPC - Autor descreveu os danos apresentados no imóvel - Indicação específica ou técnica dos danos existentes será feita pela perícia (que dirá, inclusive, se os defeitos são da construção ou não) - Carência da ação e inépcia

da inicial afastadas - Feito que deve ter regular prosseguimento, com a realização da prova pericial pela qual já protestou o autor - Sentença anulada - Recurso providos."(Apelação cível n. 518.033.4/7-00; data julg. 22/11/2007).
Apelação nº 994.09.042766-1. Sebastião Carlos Garcia. 6ª Câmara de Direito Privado. 19 de agosto de 2010.(grifos)

Desse modo, **rejeito** a preliminar.

C) CARÊNCIA DA AÇÃO

Pretende a agravante serem os agravados carecedores de ação em decorrência de já ter ocorrido a quitação do contrato de financiamento, ocasionando a extinção do contrato de seguro.

Não prospera o pleito da seguradora, pois estaria desvirtuando a própria finalidade do contrato de seguro que visa garantir os proprietários na ocorrência de vícios futuros no bem.

Ao apreciar questão semelhante o Tribunal de Justiça de São Paulo assim se manifestou:

A alegada falta de interesse processual, em face da quitação dos contratos junto ao agente financeiro, não constitui óbice para o recebimento da indenização postulada no âmbito da presente ação, já

284 ✓
que não extingue a responsabilidade da seguradora por danos contínuos no imóvel.

Nesse sentido, julgado da 10ª Câmara de Direito Privado, extraído dos autos da Apelação Cível n. 549.598-4/6, que teve como Relator o Desembargador OCTAVIO HELENE, que em tudo se enquadra à controvérsia posta em sede do presente recurso.

Confira-se a ementa:

"SEGURO - Habitacional - Indenizatória por prejuízos sofridos em face do sinistro no imóvel segurado - Extinção da ação amparada em entendimento de extinção da relação jurídica entre as partes, em razão de quitação do financiamento - Descabimento - Quitação do financiamento que, entretanto, não extingue a responsabilidade da seguradora por danos que ocorrem de forma contínua e em espaçado lapso temporal - Cobertura da seguradora emerge-se do próprio contrato, sendo irrelevante a sua quitação pelos mutuários, visto que a sua responsabilidade deve se estender até o limite prescricional - Recurso provido, para anular a r. sentença e determinar o prosseguimento do feito no Juízo de origem."

Por tudo isso, escorreita a r. decisão agravada ao afastar as preliminares argüidas na defesa da ora agravante, o que ora se ratifica.

(Trecho do voto no Agravo de Instrumento nº 990102038815. Relator: Salles Rossi. Órgão julgador: Oitava Turma Cível. Data do julgamento: 30/06/2010. Data de registro: 07/07/2010. (Original sem destaques))

Pelas razões expostas, **rejeito** a preliminar.

D) PRESCRIÇÃO

Defende a seguradora ser de um ano a prescrição para o segurado promover a presente ação contra o segurador.

Este Tribunal já apreciou e rechaçou a prescrição anual para a hipótese, consoante se infere do precedente abaixo colacionado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. COBRANÇA DE VERBA SECURITÁRIA. CONTRATO DE SEGURO HABITACIONAL. PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DA JUSTIÇA ESTADUAL REJEITADA. INTERESSE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL OU DA UNIÃO NÃO CONFIGURADO. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DA SEGURADORA INACOLHIDA. PRELIMINAR DE CARÊNCIA DE AÇÃO, SOB O FUNDAMENTO DE AUSÊNCIA DE PRETENSÃO RESISTIDA DE EXTINÇÃO DO CONTRATO AO TEMPO DO SINISTRO, NÃO CONHECIDA. CONFUSÃO COM O MÉRITO RECURSAL. **PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO ANUAL DO DIREITO DE AÇÃO IGUALMENTE REJEITADA.** MÉRITO: COMPROVADA EXISTÊNCIA DE VÍCIOS COMPROMETEDORES DA HABILIDADE DO IMÓVEL SEGURADO. RISCO DE DESABAMENTO. NECESSIDADE DE IMEDIATA DESOCUPAÇÃO. INTERPRETAÇÃO DO CONTRATO FAVORÁVEL AO MUTUÁRIO CONSUMIDOR. PREVISÃO CONTRATUAL PARA PAGAMENTO DE ALUGUÉIS E ENCARGOS CONDOMINIAIS. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO INDISCREPANTE" (Agravo de Instrumento 139469-6, 4ª Câmara Cível, rel. Des. Jones Figueirêdo, j. 3/8/2006). (Original sem destaques)

Pela mesma via o Tribunal de São Paulo já se manifestou sobre a matéria, *verbis*:

O prazo prescricional, por sua vez, somente começa a fluir a partir da constatação dos defeitos de construção os quais entretanto surgiram de forma gradual, progressiva, não permitindo assim a marcação precisa da sua eclosão, diante do que aplica-se o prazo geral, não o específico de um ano.

Nesse sentido a jurisprudência:

"INDENIZAÇÃO - Seguro de construção - Prescrição reconhecida em primeiro grau - Inadmissibilidade na espécie - Danos contínuos e permanentes, não podendo ser estabelecida uma data para o início do prazo prescricional, bem

como perdurar a responsabilidade pelo prazo de garantia de cinco anos, sendo que o prazo prescricional é o comum, de 20 anos, contado de quando surgiram os defeitos - Inteligência do artigo 1.245 do Código Civil - Sentença anulada - Recurso provido. (Apelação Cível n. 3.898-4 - Santos - 5ª Câmara de Direito Privado - Relator: Christiano Kuntz - 19.02.98 - V.U.)" (...)

"PRESCRIÇÃO - Ação de indenização por danos que seriam cobertos por seguro habitacional, julgada extinta - Prazo anuo - Inocorrência - Inaplicabilidade do disposto no artigo 178, § 6º, II, do Código Civil de 1916, mais o artigo 117 do mesmo estatuto - Recurso provido (Apelação Cível n. 172.862-4/9-00 - Comarca de Santos - 10ª Câmara de Direito Privado - Relator: João Carlos Saletti - J. 28.3.2006 - V.U. - Voto n. 10.596)"

Apelação Cível n. 990.10.054286-9, 7ª Câmara de Direito Privado. Relator: Dimas Carneiro. 11 de agosto de 2010.

Segundo o STJ:

SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. SEGURO HABITACIONAL. AÇÃO DE COBRANÇA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO AGENTE FINANCEIRO POR VÍCIOS DE CONSTRUÇÃO. PRESCRIÇÃO. FIXAÇÃO DO TERMO INICIAL DO PRAZO PRESCRICIONAL. SÚMULA 7.(...)

II - O Acórdão recorrido destaca que independentemente do prazo prescricional a ser considerado, não se poderia cogitar da prescrição, porque, pela natureza dos danos, eles só vieram a se exteriorizar ao longo dos anos, não sendo possível precisar com segurança o termo inicial da prescrição. Não tendo o acórdão recorrido fixado um termo inicial para a contagem do prazo prescricional não é possível, em sede de recurso especial, reconhecer o advento da prescrição.

Agravo Regimental improvido.

(AgRg no Ag 1287521/SC, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/04/2011, DJe 04/05/2011)

Pelas razões expostas, não há como ser acolhida a prescrição anual, motivo pelo qual **rejeito** a questão.

Portanto, não há razão para a reforma da decisão terminativa recorrida.

Face ao exposto, voto no sentido de **negar provimento** ao presente agravo legal, mantendo a decisão terminativa em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 25. 9. 14

EDUARDO SERTÓRIO CANTO
Desembargador Relator